



Presidência da República
Secretaria-Geral
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

- ATA -

**3ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 2024 DO CONSELHO NACIONAL DE
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

[Gestão 2023-2025]

Data: 19 de junho de 2024
Local: Microsoft Teams (remota)

1 **Abertura e saudações da 3ª Reunião Plenária Ordinária.** A Sra. Elisabetta Recine,
2 Presidenta do Consea, confirmou que esta Plenária apresentava quórum mínimo para
3 iniciar a reunião. A Presidenta do Consea apresentou a pauta prevista para a reunião:
4 14h00-15h00 - Relato das Comissões Permanentes (CPs) e Comissão de Presidentes de
5 Consea Estaduais (CPCE); 15h00-16h30 – O desastre socioambiental no Rio Grande do
6 Sul e a segurança alimentar e nutricional nos planos de reconstrução do estado; 16h30-
7 17h00 – continuação do Relato das CPs e CPCE; 17h00-17h30 – Deliberações da Plenária;
8 17h30-17h45 – Informes; 17h45 – Encerramento. Na sequência, a Presidenta do Consea
9 solicitou às coordenações das CPs, da CPCE e representantes dos Grupos de Trabalho
10 (GTs) de Cultura Alimentar e da Agenda Internacional em Segurança Alimentar e
11 Nutricional (SAN) para fazerem seus informes e apresentarem os pontos centrais de suas
12 discussões. **Ponto de Pauta: Relato das Comissões Permanentes, da Comissão de**
13 **Presidentes de Consea Estaduais e dos Grupos de Trabalho.** A Vice-Coordenadora da
14 Comissão Permanente 2 (CP2), Sra. Laís Amaral, apresentou o debate e os
15 encaminhamentos da CP2, destacando como um dos pontos principais discutidos a
16 Reforma Tributária, incluindo recomendações sobre os alimentos e agrotóxicos e a
17 submissão à aprovação da Plenária para envio para as partes interessadas. Ademais,
18 destacou as apresentações da matriz e da metodologia proposta pelo Ministério da
19 Saúde e pelo Consea, com encaminhamentos para definição da oficina entre os
20 membros da CP2 para preenchimento da matriz relacionada ao III Plano Nacional de
21 Segurança Alimentar e Nutricional. Houve também a citação do monitoramento da
22 regulamentação acerca do marketing digital dos substitutos de leite materno, indicando
23 a importância da sua regulamentação. A Vice-Coordenadora da CP2 relatou o envio de
24 Recomendação do Consea para o Ministério da Saúde e o recebimento de ofício em
25 resposta por parte desse órgão, no qual consta que a consulta interna será realizada
26 entre julho e agosto e o envio para os demais países entre setembro e dezembro,
27 buscando apoio destes em espaços de participação internacional. Assim, o envio da
28 proposta sobre a regulamentação do marketing digital dos substitutos de leite materno
29 será realizado no primeiro semestre de 2025. A Vice-Coordenadora também discorreu
30 sobre o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, pontuando aspectos importantes
31 em cada um dos 6 Eixos do Plano: Eixo 1 - destacou no Programa de Aquisição de
32 Alimentos (PAA) quanto à inclusão de restrições de agrotóxicos no aperfeiçoamento das
33 normas sanitárias e inclusão de restrições do estímulo à produção de commodities; Eixo
34 2 - ressaltou a modernização e requalificação dos mercados atacadistas de alimentos
35 (Ceasas), especialmente em desastres climáticos e inclusão da questão das regiões
36 vulneráveis em todos os equipamentos de abastecimento; Eixo 3 - indicou o
37 abastecimento alimentar em situações de emergências relacionados aos ambientes
38 alimentares e o acesso à alimentação saudável; Eixo 4 - pontuou a promoção de preços
39 justos de alimentos da cesta básica com a garantia de monitoramento periódico dos
40 preços em nível nacional e censo dos preços em tempos de crises climáticas, citando o
41 caso do Rio Grande do Sul; Eixo 5 - relatou a necessidade de ampliação da lei da água da
42 casa para os demais estados e municípios que até então não se beneficiam da mesma.
43 Já o Eixo 6 - compilou algumas das informações dos outros eixos e adicionou dar a
44 visibilidade ao Mapa de Feiras Orgânicas (IDEC) e a criação do Mapa de Equipamentos

45 de Abastecimento de Alimentos para ações em territórios vulneráveis. Por fim, a Vice-
46 Coordenadora relatou que a CP2 encaminhará na segunda-feira, dia 24 de junho, às
47 contribuições para a Estratégia de Prevenção da Obesidade para brasileiras e brasileiros
48 2024-2034. Agradeceu. A Presidenta do Consea fez a sugestão de passar a palavra ao GT
49 de Cultura Alimentar, visto que o final da apresentação da CP2 já estava atrelado as
50 informações deste. Relembrou que foi uma reunião de instalação e que algumas CPs não
51 enviaram representações, sendo importante, porém não obrigatória, esta participação.
52 Alertou, ainda, que há um compromisso do GT na realização de uma estrutura de
53 trabalho até o final deste ano, visto que o atual mandato se encerra em fevereiro e é
54 importante deixar um documento para que a nova composição do Consea tenha a
55 possibilidade de dar continuidade ou alterar a agenda. Assim, passou a palavra à
56 Conselheira e membro da CP2, Sra. Juliana Casemiro, que indicou que a reunião do
57 Grupo de Trabalho de Cultura Alimentar foi bastante produtiva, mas reiterou a ausência
58 de representantes de todas as CPs, apenas membros da CP2, CP4 e CP7 e representantes
59 dos Ministérios da Saúde e da Cultura participaram, sendo ainda necessário formalizar
60 a sua composição. Relembrou que é sugerido para composição do GT até dois
61 representantes de cada CP do Consea e até cinco representantes do governo, indicados
62 pelos ministérios e ainda não definidos pelo Caisan. A representante do GT compartilhou
63 a discussão sobre a presença da cultura alimentar durante a 6ª Conferência, realizaram
64 uma proposta de cronograma de trabalho para GT, apreciada pelo grupo, e
65 identificaram a necessidade de mapear eventos e oportunidades de trabalhar o tema de
66 cultura alimentar para contribuição em processo de escuta e de sistematização do
67 marco. A conselheira indicou o encaminhamento de debates interconselhos e integrar
68 a discussão do marco como tema presente em um dos seminários do Seminário
69 Temático do Encontro Nacional de Rede de Pesquisa em SAN, que vai acontecer em
70 setembro, que está sendo articulado com um dos GTs da Rede PENSAN. Indicou a
71 proposta de construir uma oficina de escuta em atividade prévia a plenária de outubro,
72 que tem a tendência de ser presencial, revisitar o relatório final da 6ª Conferência
73 identificando como a cultura alimentar apareceu nos diferentes GTs e realizar a agenda
74 das próximas reuniões virtuais para o GT na próxima reunião definida para o dia 3 de
75 julho para discussão do cronograma, sendo a primeira atividade a oficina de escuta
76 sobre o marco da cultura alimentar de pessoas envolvidas no marco de EAN. A
77 Presidenta do Consea agradeceu o relato e lembrou da oportunidade de levar a
78 discussão do GT articulado com o III Plano Nacional, junto a Secretaria Extraordinária de
79 Combate à Fome, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e
80 Combate à Fome (MDS), fortalecendo o marco da cultura alimentar por meio desse
81 Plano. Perguntou à Conselheira Laís se houve a discussão sobre o tema da cultura
82 alimentar relacionada ao III Plano Nacional, visto que todas as CPs tiveram a discussão
83 da proposta de como engajar na primeira etapa de elaboração do plano. A Vice-
84 Coordenadora da CP2 relata que não foi feita essa discussão na reunião. A Presidenta
85 do Consea então pontua que é necessário resgatar essa pauta na CP2 posteriormente e
86 pergunta se alguém apresenta dúvidas ou acréscimos sobre o relato do GT de Cultura
87 Alimentar. A Coordenadora da Comissão Permanente 4 (CP4), Sra. Daniela S. Frozi,
88 acrescentou ao relato do GT de Cultura, que além da centralidade da cultura alimentar

89 no Plansan, ela também foi abordada no Plano de Abastecimento Alimentar, além da
90 perspectiva de trazer convidados ao GT que tenham relevância no tema da cultura
91 alimentar. A Presidenta agradeceu e passou a palavra para a Coordenadora da Comissão
92 Permanente 1 (CP1), Sra. Marina B. Caixeta, que indicou a proposta elaborada pela CP2
93 para Oficina sobre o Sisan, sendo composto por três eventos pré-oficina com as
94 temáticas: políticas de financiamento, operacionalização do Sisan e a Comissão
95 Tripartite do Sisan. A previsão é de que a oficina aconteça nos dias 19 e 20 de setembro,
96 de forma presencial em Brasília com uma pré-reserva na ENAP, e a pré-oficina composta
97 por diálogos em agosto, sendo necessário ainda amadurecer a metodologia para ambos
98 os eventos. Relatou também sobre o orçamento de 2025, fruto da proposta na última
99 plenária da Secretaria-Executiva para monitoramento do orçamento público mais
100 dedicado à temática de SAN, incluindo a apresentação da xxxx do Consea à Caisan e
101 Ministério de Planejamento e Orçamento sobre o monitoramento do orçamento público
102 de SAN. Pontuou as discussões sobre o III Plano Nacional de Segurança Alimentar e
103 Nutricional, momento de construção nas CPs, mapeando as propostas de cada CP,
104 identificando desafios e soluções para as propostas implementadas, realizando uma
105 oficina para categorização das CPs e formação de um GT. Também foi discutido na CP1
106 o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, destacando o detalhamento da
107 estratégia para a governança e interlocução federativa do plano, dos programas e ações
108 inovadoras e os critérios de priorização para a capilarização dos equipamentos de
109 abastecimento nos territórios. A participante da CP1 ainda comentou que não foi
110 identificado o membro da CP1 para compor o GT sobre Cultura Alimentar e para o Fórum
111 Interconselhos. A Presidenta do Consea relembrou a importância de deixar explícito o
112 referencial do Decreto da cesta básica no Plano Nacional de Abastecimento Alimentar.
113 Em substituição à Coordenadora do GT Internacional, a conselheira suplente, Sra.
114 Marina B. Caixeta continuou sua fala em relação ao Grupo de Trabalho Internacional.
115 Ponderou a atualização sobre os processos de negociação da Aliança Global contra a
116 Fome e a Pobreza, iniciativa do Brasil junto ao G20, indicando a discussão realizada em
117 Teresina, com a presença da Presidenta, sobre maneiras de interferência da sociedade
118 civil nas negociações da documentação das cestas de políticas, em que pode sugerir
119 políticas para os países todos que vão aderir, com declaração de adesão dos países à
120 aliança, tendo em vista a partir das reuniões de julho os encaminhamentos dos
121 documentos constitutivos da Aliança, os quais incidem nos processos de formação
122 desses espaços de governança no âmbito da Aliança Global. Um dos pilares específicos
123 sobre financiamento da aliança. Ademais, o seguimento do Plano de Atividades da
124 ESAN-CPLP 2023-2025, com uma proposta de evento paralelo do Consea, SECF/MDS e
125 SE/CPLP ao CSA em outubro. Relatou que o GT Internacional também realizou dois
126 informes sobre as ações de apoio/mobilização do Consea no mecanismo de sociedade
127 civil e povos indígenas do CSA e as ações do painel de especialistas, permitindo maior
128 diálogo entre a sociedade civil global e seguimento na mobilização nas políticas públicas
129 nos territórios. Citou a realização de duas reuniões sobre apoios pontuais às duas
130 instâncias, relacionadas ao apoio a eventos no CSA em Roma e no mecanismo da
131 sociedade civil e povos indígenas, estando previsto dois encontros sobre a redução das
132 desigualdades em segurança alimentar e nutricional em âmbito global, no mês de julho.

133 Os outros tipos de apoio que em relação a como o conselho pode planejar a sua atuação,
134 em termos de construir maior diálogo entre a sociedade civil global e como pode dar
135 seguimento à mobilização e difusão nas diretrizes e nas políticas aprovadas em Roma
136 no âmbito do CSA nos territórios. A Presidenta agradeceu o relato e relembrou que as
137 regras do Plano de Abastecimento devem ser compatíveis e se adequar as diferentes
138 infraestruturas, capacidades e disponibilidades técnicas dos diversos municípios.
139 Perguntou se alguém apresentava dúvidas ou acréscimos sobre o relato da CP4. Sem
140 manifestações, passou a palavra para a Coordenadora da Comissão Permanente 4 (CP4),
141 Sra. Daniela S. Frozi. A Coordenadora relatou a presença do Ministério dos Direitos
142 Humanos e Cidadania que compartilhou as experiências do Plano Ruas Visíveis,
143 indicando a situação da população em situação de rua. Além disso, houve o relato da
144 reconstrução de moradias no Rio Grande do Sul e o encaminhamento pela construção
145 de recomendação, que será apreciada na Plenária. A Coordenadora da CP4 indicou a
146 necessidade de um pacto federativo e urgência relacionada às vulnerabilidades dos
147 moradores de rua. Relatou que essa população tem tido violado o direito humano à
148 alimentação adequada, não tendo acesso aos alimentos, principalmente em Porto
149 Alegre. Outros encaminhamentos discutidos na CP4 foram a realização de oficinas para
150 sensibilização do tema de DHAA, ampliação de prazos para adesão aos editais das
151 cozinhas solidárias e fortalecimento do pacto federativo. Em relação ao Plano Ruas
152 Visíveis, destacou que é uma estratégia de 11 ministérios com orçamento
153 aproximadamente 1 bilhão de reais e com o controle social e fóruns de colaboração para
154 realização do plano com sucesso. Relatou a presença de gestores dispostos a realizar o
155 intercâmbio entre outros programas, como o Programa Alimenta Cidades, solicitando
156 ao MDS o mapeamento das 60 cidades para futura parceria com Ruas Visíveis. Sobre o
157 III Plansan, a CP4 espera os encaminhamentos da Mesa Diretiva para dar continuidade
158 ao trabalho. Ademais, houve a atualização sobre o Programa Cidadania Marajó, que teve
159 seu lançamento em dezembro do ano passado e divulgado pelo Ministério dos Direitos
160 Humanos e Cidadania (MDHC), mapeando a realidade da insegurança alimentar no
161 arquipélago, alimentação escolar e as vulnerabilidades sociais das mulheres, crianças e
162 adolescentes, visando a proteção social, junto aos Ministérios da Cultura e da Educação,
163 sendo a inserção do Consea relevante para debate da pauta. Outra pauta discutida na
164 CP4, em conjunto com a CP2, foi o monitoramento da regulamentação do Marketing
165 Digital dos Substitutos do Leite Materno, enfatizando a necessidade de incidência
166 nacional visando instituir processos de leis, de portarias e de mecanismos protetivos
167 para crianças de idades de 0 a 2 anos, junto aos ministérios envolvidos, como o
168 Ministério da Justiça e Ministério Público para adentrar nessa luta nacional. A
169 participante da CP4 e representante do MDHC, Sra. Laura F. Zacher, complementa a fala
170 para agradecer aos ministérios, Casa Civil, MDS, Ministério da Saúde (MS), Ministério da
171 Educação (MEC), Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ministério
172 do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Ministério da Igualdade
173 Racial (MIR), Ministério da Cultura (MC) e convidou o Consea para participar do fórum
174 permanente do Marajó, indicou a importância de estar no território e entender as
175 peculiaridades e desafios no arquipélago. Sobre as Ruas Visíveis, convidou a discussão
176 de como a sociedade civil pode auxiliar no desenvolvimento de saídas e soluções para

177 isso. Indicou as pautas que seriam tratadas na próxima reunião, sendo os públicos
178 específicos que entraram no Brasil sem Fome, a população LGBTQIA+, sistema prisional,
179 com a questão do combate a tortura e alimentação. Finalizou dizendo a respeito da
180 pulverização aérea, relembrando que o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu a
181 pulverização aérea, que no caso de Marajó ocorre com frequência devido à plantação
182 de arroz. Indagou sobre a possibilidade de trazer esse tema como pauta aos Conseas
183 Estaduais, para possível decreto do Presidente da República. Agradeceu. A
184 representante da CP4, Sra. Daniela Frozi, concordou com as citações sobre os
185 agrotóxicos e reembrou de reunião on-line para retomar os encaminhamentos da CP4
186 e planejamento do segundo semestre. Acrescentou que foi selecionada para
187 representar a CP4 na comissão do GT de Cultura Alimentar para elaboração da
188 recomendação da centralidade do direito humano e alimentação adequada junto ao
189 Ministério Extraordinário de apoio ao Rio Grande do Sul. Agradeceu. A Presidenta do
190 Conseas agradeceu e fez uma observação sobre a participação do Ministério dos Direitos
191 Humanos e Cidadania e a importância para o Conseas na discussão. Solicita se alguma CP
192 realize a fala de forma breve para que a Secretaria-Executiva do MDA Fernanda
193 Machiaveli consiga realizar a fala posteriormente. A Presidenta do Conseas então passou
194 a palavra para a Coordenadora da CP7, a Sra. Regina Nogueira (Kota Mulangi). A
195 Coordenadora da CP7 indicou a presença do convidado Márcio Menezes na reunião da
196 CP, representante da Catrapovos, que acompanha o trabalho da Comissão de Alimentos
197 Tradicionais dos Povos do Amazonas, que tem sido replicado em todos os estados e tem
198 como principal objetivo a disponibilização dos alimentos produzidos pelos povos e
199 comunidades tradicionais, com muito apoio do Ministério Público Federal, sendo vista
200 como saída para negociação com os governos, inclusive sobre a execução dos programas
201 nacionais de compras públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar
202 (PNAE). Ademais, citou o embate relacionado a vigilância sanitária, reconhecendo a
203 sanitariade própria dos povos e comunidades tradicionais que possibilitou o êxito das
204 compras. Foi relatado à CP7 que 60% das comissões da Catrapovos é representada pela
205 sociedade civil, mas reforçou a importância do apoio de procuradores federais ou
206 estaduais e defensores públicos. Indicou que o encaminhamento da CP foi o estímulo
207 aos povos e comunidades tradicionais que constituem a CP7 para que atuem em seus
208 respectivos estados, estimulando, participando, constituindo as comissões,
209 promovendo uma capacitação aos procuradores, aos moldes do que foi exitoso no
210 Amazonas. Também demandou à CPCE o envolvimento dos Conseas Estaduais e
211 Municipais nessas comissões em formação. Outras pautas discutidas pela comissão, com
212 participação da Companhia Nacioanal de Abastecimento (Conab) e MDS, foram em
213 relação à vigilância sanitária, ao Plano de Abastecimento, no qual foi identificada a
214 necessidade de realizar propostas objetivas e às Cozinhas Solidárias, de modo a incluir
215 dentre as instituições gestoras as que atendam os povos e comunidades tradicionais.
216 Informou que na reunião não houve quórum da sociedade civil e que irão fazer um
217 chamamento oficial na CP7 para reforço das discussões. Agradeceu. A Presidenta do
218 Conseas agradeceu o relato e passou a palavra para a Sra. Elisa Urbano Ramos, Vice-
219 Coordenadora da CP6 e representado do Povo Indígena Pankararu. A Vice-
220 Coordenadora destacou que alguns representantes da APIB não compareceram à

221 reunião devido a atividades de campo. Apresentou os encaminhamentos da comissão,
222 como a incorporação de pontos da Recomendação nº 5/2024 na minuta de Portaria da
223 Ação de Distribuição de Alimentos (ADA) realizada pelo MDS, pela Funai, pelo MPI, pela
224 Sesai e pela Conab, que o alimento não se restrinja apenas à segurança alimentar, mas
225 tem viés espiritual e de cura, os quais são muito importantes para a vida dos povos
226 indígenas. Além disso, fez uma consideração das especificidades culturais de cada povo,
227 solicitou inclusão no Planab da pauta referente às emergências climáticas e indicação
228 de estratégias de abastecimento para populações mais isoladas. Outro
229 encaminhamento foi em relação ao aporte adicional de renda via Cadastro Único em
230 situação de emergência climática. Informou que as indicações para o Fórum
231 Interconselhos e para o GT ocorreu via grupo de Whatsapp da CP6 devido ao baixo
232 quórum de conselheiros indígenas presentes nessa reunião. Outra proposição da Vice-
233 Coordenadora da CP6 foi a confecção de uma proposta de recomendação para
234 promover as pesquisas relacionadas à Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA)
235 voltada para os povos indígenas, pois o diagnóstico preciso é essencial, deixando o
236 convite aos representantes da Rede PENSSAN, da Pastoral da Criança e do Acordo de
237 Cooperação Técnica da Matriz dos Sistemas Produtivos Alimentares Indígenas (Funai,
238 Sesai e Unicef) para discutir essa Recomendação sobre a EBIA. Ressaltou a importância
239 da articulação, participação, envolvimento e fortalecimento da participação dessas
240 instituições, principalmente Sesai, Funai e MPI, em articulação com outros ministérios e
241 outras instituições indigenistas, oficiais, mas também que cuidam do direito humano à
242 alimentação adequada, dando ênfase não apenas ao viés cultural de especificidade do
243 bioma onde estão localizados, mas sobretudo espiritual e dos alimentos que curam.
244 Reitera que não é apenas alimentar o corpo, mas alimentar a mente e o espírito.
245 Agradeceu. A Presidenta do Consea agradeceu os relatos e abriu a pauta sobre o Rio
246 Grande do Sul destacando as falas que seriam realizadas pela Presidenta do Consea Rio
247 Grande do Sul, Sra. Cíntia Barenho e a Secretária-executiva do MDA, Sra. Fernanda
248 Machiaveli. Sugeriu a Sra. Cíntia a apresentação de uma síntese da situação e de como
249 o conselho do Rio Grande do Sul está se colocando em relação a todo o processo de
250 recuperação, principalmente em relação a agenda de SAN e, posteriormente, a fala da
251 Secretária-Executiva Fernanda Machiaveli sobre as ações do MDA no Rio Grande do Sul.
252 Relembrou do momento de escuta durante a fase aguda no Rio Grande do Sul e
253 acompanhamento da Secretaria-Executiva do Consea nessa Reunião Plenária. Passou a
254 palavra à Presidenta do Consea RS, a qual agradeceu a solidariedade do Consea, da Sra.
255 Elisabetta Recine e da Sra. Marília Leão, que buscaram diálogos e realizaram convites
256 para as reuniões e plenárias. Informou que desde setembro o Consea está em estado de
257 alerta em relação aos eventos climáticos extremos, desde a primeira enchente no Vale
258 de Taquarinha, ainda na gestão do último Presidente. Relembrou que tomou posse no
259 final de 2023 e tomou conhecimento sobre a situação que tinha ocorrido. Comentou
260 que após mais de 50 dias desde o início da situação de calamidade no estado do RS, 478
261 dos 497 municípios do estado foram afetados, mais de 10 mil pessoas desabrigadas e
262 quase 50 mil desalojadas e um total de 2 milhões de pessoas afetadas. Além disso, várias
263 pessoas estavam desaparecidas e animais de grande e pequeno porte abrigados em
264 locais específicos. Os indivíduos que conseguiram retornar às suas casas ainda ficaram

265 em estado de alerta para possíveis chuvas. Comunicou que o Poder Público Municipal
266 de Porto Alegre e de alguns municípios tiveram a iniciativa de realizar um processo
267 denominado de Cidades Temporárias, com grande crítica social, mas foi a alternativa
268 apresentada até aquele momento. Informou que em um primeiro momento o Consea
269 RS, enquanto unidade, não conseguiu atuar diretamente, visto que seus conselheiros e
270 conselheiras, coordenação-executiva e presidência viviam momentos de apoio, seja
271 pessoais ou seus familiares, ou de somar ações de apoios coletivos, por razões de
272 solidariedade aos movimentos sociais organizados, movimentos populares, associações
273 comunitárias, cozinhas solidárias, terreiros, que fizeram e ainda fazem o enfrentamento
274 e a garantia ao direito humano à alimentação. Como Presidenta relatou estar
275 convencida do papel imprescindível dos equipamentos públicos e populares para a
276 promoção e garantia do direito humano à alimentação adequada (DHAA) como política
277 pública. Reconheceu a importância das Cozinhas Solidárias para o fornecimento de
278 alimentos sem distinção ao público atingido, tendo escutado relatos de Restaurantes
279 Populares e Cozinhas Comunitárias que não deram respostas urgentes e necessárias à
280 altura da gravidade vivida. Relatou que a fala da CP4 em relação ao impacto do DHAA
281 está de acordo com o visto na presidência do Conselho RS e acrescentou que a
282 população de rua foi bastante impactada. A Presidenta do Consea RS, também
283 participante do Movimento Marcha Mundial das Mulheres, indicou que é evidente que
284 as políticas públicas que tratam da centralidade da vida, das tarefas de cuidado, se
285 mostram urgentes e necessárias, e ainda mais em tempos de crise alimentar. Por mais
286 que as ações que foram colocadas pelo Poder Público Municipal e Estadual no Rio
287 Grande do Sul não consideraram essas questões, os Movimentos Sociais e Feministas os
288 consideram. Alertou que é necessário racializar os efeitos das enchentes, considerando
289 que são essas populações que estão à margem das políticas de assistência por diversas
290 razões. Informou que participou da reunião da CP3, que discutiu como o racismo e a
291 injustiça ambiental ficaram mais evidentes no estado do Rio Grande do Sul com a crise
292 climática, sendo as populações negras e as populações pobres mais vulneráveis e, por
293 isso, foi identificada a necessidade de que as políticas públicas observem essa
294 perspectiva. Uma das iniciativas do estado sobre a segurança alimentar foi a Central
295 Rede das Redes, uma iniciativa que fez chegar comida, água e donativos aos povos de
296 terreiro, visto que as ações coordenadas entre os entes municipais e estaduais não
297 foram efetivas, reafirmando a fala da CP4 sobre o pacto federativo, o quanto as ações
298 não são coordenadas, são disputadas e não há dialogam entre os entes federativos.
299 Ressaltou que programas de intervenção e recuperação devem levar em conta as
300 especificidades dos povos tradicionais e onde houve menor investimento de
301 infraestrutura básica, foram as áreas mais prejudicadas pela enchente. O direito
302 humano ao acesso à água foi também gravemente atingido e para Porto Alegre houve
303 uma série de fontes públicas, compartilhadas por conta da crise climática. Entretanto,
304 foram contaminadas, indicando que as cidades não estão preparadas para os processos
305 de dificuldade do abastecimento e de acesso à água. Nesse sentido, precisou-se recorrer
306 à água engarrafada, gerando elevação no preço e dificuldade de acesso pelas pessoas.
307 Mesmo com o processo de abastecimento público de água restabelecido, houve o
308 crescimento de muitas doenças relacionadas ao consumo de água contaminada. Em

309 relação ao acesso à água para os povos indígenas, com essa calamidade, o acesso que já
310 era deficitário se agravou ainda mais, pois os poços e rios estão contaminados pelas
311 enchentes. A Presidenta do Consea RS, relatou diálogo com a Emater e CP3 indicando a
312 problemática da agricultura familiar visto que as chuvas continuam. Nas cozinhas
313 solidárias deram resposta imediata para segurança alimentar e nutricional. Observou
314 que a falta de insumos in natura, com as lavouras destruídas e estradas sem acesso a
315 logística de produção e distribuição ficaram comprometidas, demandou a identificação
316 de ações de transferência de renda direta para esses agricultores ou outras
317 possibilidades de chegar a alimentos mais in natura. Levando em consideração a
318 quantidade de indivíduos desalojados, considera-se a necessidade de ter cozinhas
319 produzindo alimento para essas pessoas, sendo em comunidades da periferia, onde as
320 pessoas apresentam maior vulnerabilidade, empregos informais, a dificuldade mais
321 agravada. Ressaltou que as informações colocadas no Plano Safra para o Rio Grande do
322 Sul devem ser revisadas. Houve a discussão com a CP3 sobre a dificuldade de acesso às
323 sementes de arroz, por exemplo, e dificuldade de acesso às sementes também para os
324 pequenos agricultores, inclusive em articulação com o Conselho de Santa Catarina
325 receberam doação de sementes para distribuição, mas mesmo assim o solo foi perdido,
326 o solo foi levado pelas enchentes. Então mesmo tendo semente houve dificuldade
327 também ao acesso à terra e ao solo para plantio. Sobre os povos tradicionais, indicou
328 que a fonte de renda dos indígenas foi fortemente prejudicada, pois a venda de
329 artesanatos foi interrompida no período, reduzindo a renda desses povos. A Presidenta
330 do Consea agradeceu e passou a palavra à Sra. Fernanda Machiaveli, Secretária-
331 Executiva do MDA. Esta informou que o lançamento do Plano Safra estava programado
332 para a semana seguinte. Em relação ao caso do Rio Grande do Sul e a agricultura familiar,
333 citou que, desde o início da tragédia, medidas foram implementadas. Relembrou da
334 importância da agricultura familiar, a mais articulada do país, e produção no local, sendo
335 que 25% do Pronaf na Safra 22-23 foi destinado ao Rio Grande do Sul, impactando
336 nacionalmente no preço do arroz. Uma das medidas realizadas foi a suspensão do
337 pagamento das dívidas até o dia 16 de agosto de 2024. Também, o governo federal
338 disponibilizou uma linha de crédito, com condições facilitadas, do Pronaf com 4 bilhões
339 de reais destinados para o processo de reconstrução e retomada da produção, com um
340 diferencial de partida com rebatimento de 30%, sendo necessário o pagamento de 70%
341 do valor que seria contraído. Citou que o Ministro Paulo Teixeira implementou a linha
342 de crédito com condições facilitadas e acesso para os que perderam as suas garantias e
343 pela primeira vez o Pronaf vai ser garantido pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO)
344 para micro e pequenas empresas, tendo desejo de expandir ao país todo. No Plano Safra
345 houve um trabalho conjunto com o MDS e CONAB para garantir que o Programa de
346 Aquisição de Alimentos (PAA) forneça cestas básicas para as cozinhas solidárias e que a
347 questão do acesso ao alimento in natura seja endereçado por essas medidas, por meio
348 do Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa de Cesta Básicas do MDS, e já
349 foram mais de um milhão de toneladas oferecidas. Destacou a relação com a fala da
350 Presidenta do Consea RS em relação ao fornecimento de alimentos in natura para as
351 cozinhas solidárias e ressaltou que foi autorizado o comércio dos produtos da agricultura
352 familiar de todo o país para o Rio Grande do Sul. O MDA entrou com assistência técnica

353 para diagnosticar locais e propriedades que precisavam ser reconstruídas, bem como
354 nas áreas de assentamento da reforma agrária e para quilombolas. Relatou que já está
355 pactuado que o Incra iria fazer as habitações por meio do crédito de instalação em locais
356 específicos para manter as famílias e para que não percam novamente seus lares. Além
357 disso, os recursos estavam sendo direcionados para a reconstrução de estradas para
358 viabilizar o escoamento da produção e o acesso aos alimentos nas cidades próximas.
359 Alertou que estava em debate no Congresso Nacional a questão do rebate das dívidas
360 dos agricultores familiares, com projetos de anistia total para todo o estado. Nesse
361 sentido, o MDA estava realizando junto à Secretaria-Extraordinária de Reconstrução do
362 Rio Grande do Sul uma proposta, discuta com o Ministério da Fazenda, para viabilizar o
363 rebate da dívida daqueles agricultores que de fato sofreram perdas durante as
364 enchentes. Estavam realizando laudos junto a Emater para verificação do
365 dimensionamento para o rebate, indicando que a proposta só sairá após o lançamento
366 do Plano Safra, sendo também pautas de debate no Proagro. Reafirmou que os
367 responsáveis pela emissão de carbono, gases do efeito estufa e degradação das florestas
368 não foram os agricultores familiares e o MDA pretende desenvolver políticas
369 sistemáticas para amparar os agricultores que sofrem perdas, frustrações de safra e que
370 sofrem mais com os eventos climáticos mais agudos. Indicou que o Proagro é um
371 programa que disparou os gastos nos últimos anos devido às estiagens dos anos
372 subsequentes e que a proposta da próxima reunião é buscar como garantir a renda para
373 essas famílias no contexto de eventos climáticos cada vez mais frequentes, articulando
374 a pauta da ambiental e seu impacto para a segurança alimentar. Finalizou convidando
375 todos a participar do lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar e se colocou à
376 disposição, em nome do MDA, para os demais debates na reunião plenária. A Presidenta
377 do Conseia agradeceu o relato e ressaltou que o Rio Grande do Sul é um exemplo de
378 sistema alimentar e de produção agrícola como modelos que geram eventos climáticos
379 extremos, sendo o diálogo do governo com o MAPA essencial para incentivar a mudança
380 de paradigma de produção de alimentos, além da agricultura familiar, que contribuiu na
381 crise climática a nível global. A Sra. Fernanda Machiaveli complementa dizendo que o III
382 Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica estava na reta final junto com a
383 Ecofort, que foi retomado. Citou que o MDA lançaria um edital para apoio de
384 organizações e sociedade civil no processo de transição agroecológica e as linhas do
385 Pronaf voltadas para a sustentabilidade, passando a ter agentes de créditos para os
386 agricultores, apoiando no desenvolvimento de projetos e auxílio aos bancos na criação
387 de planilhas de custo para garantir essa transição agroecológica. O debate levou em
388 consideração os agricultores do Rio Grande do Sul que produzem soja e arroz, muito
389 afetados no período, sendo que o Banco Central considerou arriscado financiá-los.
390 Ressaltou que a discussão sobre essa migração e auxílio aos produtores no processo de
391 adaptação a produção no contexto de escassez hídrica e de possíveis chuvas acentuadas
392 estava em pauta e o Banco Central pretende auxiliar na produção de soja, praticamente
393 dobrando a alíquota do Proagro. Indicou que o país se organiza como sistema produtivo
394 dependente das commodities e que após os eventos climáticos apresenta perda de
395 safras consecutivas que interferem nacionalmente. A Ministra Marina fez um debate
396 junto com o Ministro Paulo Teixeira e o Ministro Fávaro para pensar formas de incentivo

397 dentro da política de crédito para práticas mais sustentáveis. Concluiu frisando que o
398 debate é intenso e que as mudanças só não são mais céleres porque é preciso ocorrer o
399 processo de adaptação das pessoas às mudanças nas políticas públicas e o que o
400 empenho do MDA tem sido o máximo nesse sentido. A Presidenta do Consea agradeceu
401 e passou a palavra para a Sra. Cintia Miranda, participante do MDS e Coordenadora do
402 Serviço de Proteção e Calamidades Públicas e Emergências no Sistema Único de
403 Assistência Social. A Sra. Cintia Miranda relatou que em novembro do ano passado foi
404 instituído um comitê interno, o GT interno ao MDS, para respostas de proteção social
405 em situações de calamidades públicas e de emergências e outras providências. Uma
406 portaria criou o gabinete de crise em virtude da situação do Rio Grande do Sul, que
407 congrega todas as ações do SNAS. Indicou que no site do MDS na área de Calamidades
408 Públicas e Emergências estão dispostos os informativos e ações do Ministério, como
409 ações de distribuição de alimentos. No setor de assistência social foram realizadas
410 cartilhas para os gestores municipais, incluindo informativos sobre a vigilância
411 socioassistencial, gestão, regras de convivência nos abrigos provisórios, cuidado com os
412 trabalhadores durante a situação de calamidade do Sul. Os eixos de atuação desse setor
413 são divididos entre gestão e atendimento. A gestão inclui a gestão legal, administrativa
414 e orçamentária para os municípios, vigilância socioassistencial, na perspectiva de
415 cadastro do Cadastro Único, de articulação e intersetorialidade. Em relação
416 atendimento, encontram-se o trabalho social com famílias e indivíduos, envolve os
417 Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência
418 Especializados em Assistência Social (CREAS), a escuta qualificada a grupos
419 comunitários, inclusive prevenindo os impactos na saúde mental e possíveis suicídios
420 após traumas. Outro eixo de atuação se refere aos benefícios socioassistenciais e de
421 transferência de renda, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), apoio à gestão
422 do Programa Bolsa Família, auxílio funeral, auxílio natalidade e outros. Comentou ainda
423 sobre o eixo de acolhimento relacionado aos alojamentos provisórios, espaços coletivos
424 e acolhimentos, como Unidades de Acolhimento para Idosos, Unidade de Acolhimento
425 para Criança e Adolescentes, população de rua e emigrantes. Indicou que foram
426 repassados mais de 28 milhões em recursos para os alojamentos provisórios e criada
427 uma iniciativa de força de proteção no Sistema Único de Assistência Social para atuar no
428 território do Rio Grande do Sul. Comentou sobre o Cadastro Único, sendo encaminhados
429 42 cadastradores em campo para facilitar o acesso aos benefícios para as demais
430 famílias. Houve a unificação do calendário da Bolsa Família, permitindo o saque em
431 qualquer momento para adquirir os recursos e adicionado no Rio Grande do Sul um
432 acréscimo de cerca de 20 mil famílias no sistema do Bolsa Família devido às situações.
433 Realizaram também estratégias de acesso ao beneficiário devido à perda de
434 documentos durante as enchentes, a fim de facilitar o acesso aos recursos. Citou a ação
435 da Caixa que possibilitou o saque em diferentes regiões. A Presidenta do Consea
436 agradeceu, ressaltou a importância da articulação no ciclo de contribuições em caso de
437 calamidades como no Rio Grande do Sul e passou a palavra para a Sra. Lilian Rahal,
438 representante do Sesan. Relatou que foi acionada a distribuição das cestas de alimentos,
439 maior parte já em uma ata de registro de preços que com parceria com a Conab foi
440 possível realizar a distribuição. Identificaram que as cozinhas solidárias atuavam como

441 equipamento de emergência, como espaço de recepção e entrega de refeições, sendo
442 criadas algumas cozinhas emergenciais em abrigos e fora de abrigos para o acesso dos
443 alimentos para a população, quase 26 mil cestas foram distribuídas para 516 cozinhas
444 emergenciais. Além disso, destinaram cestas de alimentos para os povos e comunidades
445 tradicionais e cerca de 22 mil cestas para os povos indígenas, quilombolas, pescadores
446 artesanais, ciganos e aqueles acampados da reforma agrária, isso tudo devido as
447 parcerias com a Funai, Incra, Ministério da Igualdade Racial Superintendência da Pesca
448 do estado. Para os municípios foram encaminhadas cerca de 42 mil cestas, sendo
449 descarregadas até o momento. Foram disponibilizados 20 milhões de reais para
450 aquisição direta de alimentos e doação para as cozinhas na sequência, havendo uma
451 preocupação com as ações após o desastre. Em parceria com a Conab estavam
452 realizando kits de alimentos para doação a partir do PAA para cozinhas e povos e
453 comunidades tradicionais e compra de carnes e alimentos in natura para preparo nas
454 cozinhas. Formalizando termo de colaboração com cozinhas do Rio Grande do Sul,
455 recursos para as cozinhas investirem para o seguimento da oferta das refeições, 5
456 milhões de reais, com a meta de apoio a 40 a 50 cozinhas, para manter o ritmo de oferta
457 de refeições. Indicou um possível acordo com a Universidade Federal do Rio Grande do
458 Sul com um grupo de professores para um levantamento das ações da sociedade civil e
459 dos governos relacionados à segurança alimentar e nutricional no momento de
460 emergência climática. A representante da Sesan finalizou a fala indicando que no
461 momento da reconstrução do Rio Grande do Sul estava sendo implementada uma nova
462 leva de recursos do PAA para apoio de projetos das entidades, das cooperativas, para a
463 recuperação do mesmo e também recursos do Programa de Fomento Rural aplicados
464 principalmente com os povos e comunidades tradicionais e agricultores da base do
465 Cadastro Único, no perfil do Bolsa Família, para, junto com a assistência técnica, ter esse
466 início a recuperação da capacidade de produção e convivência no meio rural. A
467 Presidenta do Consea agradeceu e cedeu a palavra ao Sr. Kleber Santos, representante
468 do MAPA. Ressaltou que a intensificação das tragédias climáticas infelizmente era uma
469 realidade atual e a importância da discussão do caso. Relatou que o atual chefe da
470 Superintendência de Agricultura do Rio Grande do Sul, Sr. José Kleber, assumiu o cargo
471 junto ao governo atual e realiza reuniões periódicas com órgãos da agricultura, Conab,
472 MDA entre outros, realizando diagnóstico e ofereceu ao Consea caso solicite. Citou a
473 competência do Ministério da Agricultura na vigilância agropecuária na autorização do
474 comércio de produtos da agricultura familiar fora do estado, sendo um foco conjunto
475 entre as entidades para o encaminhamento de técnicos especialistas sobre o manejo do
476 solo para recuperação das terras agrícolas e capacidade produtiva no estado e, por fim,
477 colocou, em nome do Ministro da Agricultura, a disposição ao conselho. A Presidenta
478 do Consea agradeceu e solicitou que enviasse a secretaria do Consea o diagnóstico
479 citado para discussão das informações. Alertou que o conselho busca estratégias junto
480 ao Consea RS para melhor atuação na situação do estado, dialogando com os diferentes
481 setores de governo no nível federal. Propôs a abertura de três falas para comentários
482 sobre os relatos realizados. Passou a palavra ao Sr. Julian, do FBSSAN, que indicou a
483 discussão constante na CP3 sobre o Plano Safra e propôs a criação de um GT para
484 discussão do formato do crédito e seguro agrícola, um problema complexo nas regiões,

485 o qual estimula a monocultura, mesmo na agricultura familiar, sendo necessário maior
486 debate do Plano Safra. Ademais, indicou a necessidade de monitorar o mercado e preços
487 relacionados ao arroz, mas que tende a ocorrer em outras culturas nacionais,
488 possibilitando a falta de produtos nas próximas safras, sendo risco ao Rio Grande do Sul
489 devido as hortaliças, holerícolas presentes na reunião demonstrando sua preocupação
490 com os próximos passos. Considerou importante mapear as sementes na distribuição e
491 na reestruturação dos sistemas de produção e questionou sobre como seria a
492 reestruturação das cadeias produtivas por inteiro, os sistemas alimentares
493 territorializados, estruturados do ponto de vista da oferta de insumos, de maquinário,
494 de estrutura de comercialização, de escoamento da produção, orientados para duas ou
495 três commodities. Questionou se as regiões anteriormente mencionadas partiriam
496 dessa base, a curto prazo, ou se seria possível criar políticas públicas para efetivamente
497 estruturar, ou pelo menos procurar estruturar, cadeias produtivas que garantam uma
498 diversificação maior da produção. Ressaltou que a pauta foi importante e necessária em
499 outros territórios do país. A Presidenta do Consea agradeceu e passou a palavra à Sra.
500 Luiza Trabuco, representante da Caisan Nacional, que informou que foi realizada uma
501 atividade de escuta, com a Caisan RS, para entendimento do cenário do Consea RS, com
502 participação do Consea Nacional, e com o GT em fase de conclusão da proposta de
503 protocolo de resposta integrada do Sisan em calamidades e emergências para orientar
504 a atuação das instâncias do Sisan nessas circunstâncias, construindo um diagnóstico da
505 situação e identificando um conjunto de resposta do setores para ampliar o
506 atendimento e atenção às famílias afetadas. Informou que esse protocolo ainda estava
507 sendo apreciado no âmbito da CAISAN e que pretende-se realizar uma reunião com a
508 CPCE para discussão desse protocolo. A Presidenta do Consea agradeceu e solicitou à
509 Cintia, Consea RS, suas observações sobre as falas anteriores. A Presidenta do Consea
510 RS ressaltou a complexidade dos assuntos tratados e reforçou que o governo de estado
511 prioriza o agronegócio, como a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do
512 Sul (Farsul), então pensar na reestruturação não fazia parte da agenda e tornou mais
513 difícil solucionar o problema de organização da agricultura. Alertou que por mais que
514 houvesse esforço do MDA, se não colocada na agenda estadual e municipal qualquer
515 mudança seria difícil. Ademais, relatou que o Consea RS não foi consultado e nem
516 buscado pelo governo estadual no início das tragédias na região. Houve apenas
517 perguntas sobre o mapeamento das cozinhas solidárias, não havendo envolvimento em
518 instâncias do governo do estado. Porém, o Consea RS busca realizar suas ações em
519 articulação enquanto conselho. Informou que a Feira Internacional do Cooperativismo
520 da Economia Solidária de Santa Maria seria realizada em breve e buscava realizar uma
521 atividade descentralizada para ampliar a capilaridade em outros lugares do Rio Grande
522 do Sul, reforçando o papel dos movimentos sociais enquanto sociedade organizada para
523 respostas imediatas em momentos de crise. Citou iniciativas junto ao MDS para ampliar
524 e potencializar as cozinhas, mas infelizmente não houve resposta imediata do governo.
525 Evidenciou o Vale do Taquari, onde desde setembro passado muitas das moradias que
526 foram prometidas para serem construídas para a população local não foram construídas,
527 o que gerou descrença no papel do poder público e dos governos. Do ponto de vista das
528 organizações sociais, afirmou que a democracia precisa ser fortalecida e ter os poderes

529 públicos preparados para enfrentar a reconstrução, levando em consideração o povo e
530 não apenas visando ao agronegócio e ao capitalismo. A Presidenta do Consea agradeceu
531 e complementou indicando a relevância do avanço na implementação do SISAN de
532 forma capilarizada, com instrumentos de gestão, de pontuação avançadas para reduzir
533 a latência entre decisões tomadas no nível federal e a chegada nos territórios. Solicitou
534 que as cinco Recomendações fossem apresentadas antes dos outros relatos para serem
535 apreciadas e colocadas em aprovação. Abriu para a votação em relação ao
536 encaminhamento e ninguém se manifestou de forma contrária. Dando sequência,
537 observou que a primeira Recomendação é oriunda da CP1 e contém proposta sobre o
538 orçamento, para incidência no projeto de Lei Orçamentária Anual de 2025. A Sra. Marina
539 Caixeta, representante da CP1, fez a leitura do *caput* da recomendação do
540 monitoramento do orçamento público de segurança alimentar e nutricional com
541 participação social, adotando o princípio de orçamento sensível a marcadores de
542 gênero, de raça/cor/etnia e de identidade sociocultural, com previsão orçamentária
543 adequada ao enfrentamento dos atuais níveis de insegurança alimentar e nutricional no
544 país, parâmetro mínimo de execução financeira e marcador gerencial específico.
545 Realizou também a leitura da Recomendação, composta por seis incisos que abrangem
546 a criação do processo de trabalho de repasse de informações e debate do ciclo
547 orçamentário em 2024, pontuação dos órgãos setoriais e criação de marcadores em
548 Planos Orçamentários (PO) especificando recortes de gênero, raça/cor/etnia assistido
549 pelas políticas de segurança alimentar e nutricional, ampliação de recursos destinados
550 à regularização fundiária de comunidades quilombolas, demarcação de terras indígenas,
551 fomento à produção local e soberania alimentar de povos e comunidades tradicionais,
552 povos indígenas e quilombolas, consolidação e gestão do Sistema Nacional de Segurança
553 Alimentar e Nutricional, Plano Nacional de Abastecimento Alimentar, Plano Safra da
554 Agricultura Familiar, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar,
555 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, Assistência Técnica e
556 Extensão Rural, apoio aos equipamentos de segurança alimentar e nutricional,
557 Programa de Cozinha Solidária, Programa Nacional de Alimentação Escolar, adotando
558 como parâmetro mínimo a execução financeira de 95%, proteção contra
559 contingenciamentos no orçamento de programas e ações previstas na Política Nacional
560 de Segurança Alimentar e Nutricional e nos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional,
561 articulação junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar para a instituição de
562 indexador anual para estimar o orçamento destinado ao PNAE e criação, com o
563 Ministério do Planejamento e Orçamento, de um marcador gerencial específico para
564 permitir rastreabilidade, transparência e agilidade no monitoramento dos programas e
565 ações orçamentárias do III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A
566 Presidenta do Consea abre espaço para comentários. O Sr. Edgar, Coordenador da CP5,
567 comenta que a inclusão da população negra caberia dentro da Recomendação. A Sra.
568 Luiza Trabuco, representante do Caisan Nacional, também se manifestou questionando
569 o que seria a execução financeira de 95% citada na Recomendação e sugeriu que nos
570 marcadores gerenciais para a ação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e
571 Nutricional fossem incluídas as ações do Plano Brasil Sem Fome, realizando o controle
572 social e monitoramento desse Plano. Ademais, ressaltou que é importante o Consea

573 se manifestar no momento de equilíbrio entre Legislativo e Executivo a respeito do
574 avanço do Legislativo sobre a definição do Orçamento do Executivo Federal, para
575 discussão da pauta como recomendação para dirigir ao Congresso Nacional. A
576 Presidenta do Consea agradeceu e solicitou que a CP1 esclarecesse os pontos
577 levantados. Em relação ao Orçamento do Executivo no Congresso, ressaltou que não
578 considera possível acrescentar nessa recomendação mas poderia realizar um
579 documento específico para apresentar ao Congresso, visto que vai entrar num processo
580 legislativo no ano de 2025. A Secretária-Executiva do Consea, Marília Leão, realizou os
581 esclarecimentos sobre os questionamentos apresentados. Indicou que o parâmetro da
582 execução financeira de 95% é um estudo do TCU, que surgiu para que se tenha
583 programas prioritários com parâmetros mínimos de execução, sendo adotado para a
584 Recomendação. Também considerou que era possível incluir as ações do Plano Brasil
585 Sem Fome. A Sra. Luiza Trabuco, representante da Caisan Nacional, questionou sobre o
586 estudo comentado e seu uso como parâmetro a execução financeira para definir o
587 orçamento do ano seguinte. Relembrou que no programa de consolidação do Sisan,
588 houve execução ínfima em 2022 e isso orientou muito a definição do orçamento para
589 2023. A Sra. Marília Leão, Secretária-Executiva do Consea, relatou que é uma proposta
590 para que o orçamento atual faça uma execução, idealmente, de 100%, como uma
591 sugestão de meta. A Presidenta do Consea acrescentou que o objetivo era permitir que
592 o orçamento destinado seja pelo menos 95% utilizado, pois muitos programas, mesmo
593 com o orçamento reduzido, não executavam. A Conselheira Daniela Frozi solicitou que
594 fosse feita a leitura novamente sobre a questão do orçamento, que foi realizada pela
595 representante da CP1, Marina Caixeta. A Sra. Elisabetta Recine sugeriu que a redação
596 fosse revisada com especialista em relação à questão do orçamento financeiro para
597 esclarecimento das informações. A Sra. Laura, do MDHC, sugeriu incluir as Ruas
598 Invisíveis, para a população em situação de rua, e o Programa Cidadania Marajó, em
599 razão do território do Marajó apresentar os menores Índices de Desenvolvimento
600 Humano - IDHs do Brasil e ter uma situação de insegurança alimentar e nutricional muito
601 grave. Por fim, a Presidenta do Consea perguntou à Plenária se algum dos participantes
602 titulares da sociedade civil, suplentes de governo ou suplentes da sociedade civil em
603 exercício de titularidade teriam algo contra a Recomendação. A Sra Valda solicitou a
604 inclusão dos povos ciganos, por serem povos e comunidades tradicionais. A Conselheira
605 Vanessa Schott sugeriu que se mencionasse conforme o Decreto nº 6.040/2007 e ao
606 final da recomendação citar todos os povos que estão presentes no Decreto. A
607 Recomendação foi então aprovada, com a ressalva da Presidenta do Consea para que
608 sejam incorporadas as alterações solicitadas. A Sra. Elisabetta Recine solicitou que a CP2
609 apresentasse as Recomendações sobre reforma tributária e alimentos e agrotóxicos. A
610 Sra Laís Amaral, representante da C2, realizou a leitura das Recomendações. A primeira
611 relacionada à garantia da cesta básica nacional de alimentos composta apenas com
612 alimentos *in-natura* ou minimamente processados, ingredientes culinários processados
613 e alimentos processados adequados e saudáveis. Propõe-se que os produtos nocivos à
614 saúde e ao meio ambiente sejam tributados pelo imposto seletivo e que a lista de
615 produtos alimentícios ultraprocessados incluídos seja ampliada. Garantindo que no
616 desenho do regime tributário ao longo da cadeia de produção e comercialização de

617 alimentos, a competitividade da agricultura familiar e seus agrupamentos seja
618 preservada. A Sra. Elisabetta Recine ressaltou o objetivo da recomendação em relação
619 à disputa da composição da cesta básica. Abriu espaço para possíveis dúvidas e/ou
620 comentários. O conselheiro Julian Perez, da CP3, se pronunciou sugerindo umas
621 alterações na redação em relação às carnes processadas, às frutas e bebidas açucaradas
622 para melhor entendimento das informações e ressaltou o caso da água mineral, pois o
623 consumo de garrafas plásticas pode se tornar um problema no quesito ambiental e
624 sugeriu explicitar a compra de garrafas de um litro ou mais. A Sra. Elisabetta Recine
625 então sugeriu que o debate fosse realizado depois, devido ao tempo estimado para a
626 Plenária e submeteu a Recomendação a aprovação dos presentes. Ninguém se
627 manifestou e a Recomendação foi aprovada. A Conselheira Laís Amaral leu a segunda
628 Recomendação em relação à não adoção de mecanismos tributários que beneficiem os
629 agrotóxicos e a inclusão dos agrotóxicos no rol de produtos nocivos à saúde e ao meio
630 ambiente, sendo alvos do imposto seletivo, com aumento das alíquotas de imposto
631 seletivo progressivamente mais gravosas de acordo com o respectivo grau de
632 toxicidade. A Sra. Elisabetta Recine perguntou se alguém tinha dúvidas e/ou
633 comentários. A Sra. Vanessa Schottz ressaltou que a CP3 concordou com a
634 Recomendação. Sem manifestações contrárias, a Recomendação foi aprovada. A Sra.
635 Elisabetta Recine solicitou que a CP3 apresentasse a Recomendação sobre a
636 suplementação orçamentária do Programa de Aquisição de Alimentos. A Conselheira
637 Vanessa Schottz fez a leitura da Recomendação que sugere que se assegure
638 suplementação orçamentária para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, a fim
639 de possibilitar a abertura de nova chamada de projetos em 2024. A Presidenta do
640 Consea alertou que se o pedido estava relacionado a recomposição de quadro funcional,
641 deveria mandar essa recomendação para o MGI também. O Sr. Julian Perez se
642 pronunciou sugerindo uma alteração na redação. A Sra. Elisabetta Recine abriu espaço
643 para possíveis dúvidas e/ou comentários, ninguém se manifestou contrariamente e a
644 Recomendação foi aprovada. A Presidenta do Consea solicitou a leitura da
645 Recomendação pela CP4. A Conselheira Nayara Côrtes, representante da CP4, fez a
646 leitura da Recomendação relacionada à catástrofe socioclimática do Rio Grande do Sul,
647 ressaltando sobre o estabelecimento de um programa de repasse de recursos para as
648 pessoas afetadas e Auxílio Calamidade Climática, incluindo a população de rua, para
649 indivíduos acima de 18 anos que comprovadamente necessitem com o valor de R\$
650 1.412,00 (Salário Mínimo). Incluindo repasse para Agricultura Familiar e Ecológica,
651 Empreendimentos de Economia Solidária e outros pertinentes. Ademais, incluiu a
652 ampliação do prazo do edital do Programa Cozinhas Solidárias devido à dificuldade de
653 acesso no Rio Grande do Sul e disponibilização dos prédios públicos desocupados, para
654 serem utilizados como moradias para famílias vítimas das enchentes, pelo movimento
655 de luta pela moradia e pela população em situação de rua. A ocupação de tais prédios
656 contribuiria significativamente para a redução do déficit habitacional. A Sra. Elisabetta
657 Recine agradeceu e comentou que a Recomendação foi feita sem o tempo necessário
658 para uma redação mais apurada e que a Secretaria-Executiva do Consea trabalharia
659 junto com a CP4 para chegar num formato adequado para que ela possa ser
660 encaminhada. A Sra Marília Leão, Secretária-Executiva do Consea, se colocou à

661 disposição para adequação da redação. A Conselheira Renata solicitou que fosse
662 incluído um parágrafo sobre a perspectiva de mudança do modo de produção agrícola,
663 numa perspectiva crítica de reconstrução da agricultura. A Conselheira Vanessa Schottz
664 ressaltou que a CP3, a CP5 e a CP7 discutiram sobre essa temática e solicitou
665 incorporação nas propostas e demonstrou preocupação em relação à projeção que se
666 tem em relação à calamidade para os pescadores e pescadoras e a necessidade de um
667 auxílio estendido. A Presidenta do Consea, sugeriu que após a Secretaria-Executiva
668 realizar o tratamento junto com a CP4, circule na Mesa Diretiva a Recomendação
669 novamente para identificar aspectos que foram discutidos conjuntamente nas CPs. A
670 Sra. Elisabetta Recine abriu espaço para possíveis dúvidas e/ou comentários e não houve
671 manifestação, portanto a Recomendação foi aprovada. Agradeceu às CPs pelas
672 produção das cinco Recomendações e deu continuidade aos relatos das demais CPs e
673 CPCE. A Coordenadora da CP3 Vanessa Schottz iniciou o relato sobre a discussão na CP3,
674 cuja pauta principal foi em relação às normas sanitárias, ressaltando uma consulta
675 pública, aberta pela Anvisa, para definição da classificação de risco dos alimentos.
676 Demonstrou preocupação pela possibilidade de substituição da RDC 49, indicando que
677 organizações da sociedade civil se juntaram, junto com Catrapovos, para preparar a
678 minuta de uma carta aberta. Propôs ao Conselho que solicitasse à Anvisa uma audiência
679 para tratar desse assunto, encaminhar um ofício e demonstrar a importância da RDC 49,
680 do tratamento diferenciado para a produção de base familiar e artesanal e da
681 importância da retomada dos mecanismos de participação social. Indicou que a reunião
682 da CP3 teve a presença de representantes do FNDE, do MDA e do Ministério da Saúde
683 e que estes eram favoráveis a esta audiência. Solicitou que a nova resolução não trate
684 da RDC 49 e seja feita uma específica tomando por base a Resolução nº 49. Em relação
685 ao Plano Safra, ressaltou que o lançamento seria realizado na semana seguinte,
686 apresentando alguns desafios e um processo de negociação em curso para a ampliação
687 de recursos. Ainda, destacou a questão dos juros zero para alimentos da Cesta Básica, e
688 o envio de um ofício reforçando a articulação com o Plano de Abastecimento, sobretudo
689 na orientação do crédito para a produção de alimentos. Relatou a presença de
690 representante do MDS, que tratou o tema do Programa de Fomento Rural, discutindo
691 sobre o monitoramento do programa como política social e agrícola. E indicou que na
692 próxima reunião essa pauta será discutida. Pontuou que em relação ao desastre
693 socioambiental no Rio Grande do Sul, o relatório da Emater identificou os territórios
694 quilombolas afetados que não receberam as cestas básicas, sendo preciso dar
695 continuidade às ações. Também indicou a discussão sobre a questão do abastecimento,
696 das preocupações relacionadas ao abastecimento frente ao desastre climático do Rio
697 Grande do Sul, mas também a um conjunto de outros fatores relacionados à
698 concentração da produção, citou que 80% do arroz produzido nessa região possuem alto
699 custo logístico e energético. Nesse sentido, demonstrou preocupação com o aumento
700 do preço dos alimentos sugerindo que para a próxima Plenária do Consea seja feita uma
701 discussão sobre preço dos alimentos, a volatilidade do preço dos alimentos, pois uma
702 das principais contribuições para o aumento da inflação tem sido o custo dos alimentos
703 porque ele nos aponta a questão do estoque público, de reorientação da produção.
704 Ressaltou a situação dos pescadores, com a do mar e dos rios, inclusive com a invasão

705 de espécies exóticas e que se projeta por pelo menos um ou dois anos, para que os
706 pescadores possam conseguir voltar a pescar. Foi discutido o Plano de Abastecimento,
707 destacando a questão orçamentária, indicando uma proposta com item específico para
708 destacar o Guia Alimentar da População Brasileira e a nova cesta básica como
709 orientadores do Plano de Abastecimento. Um dos encaminhamentos foi articular uma
710 agenda com o Presidente Lula para apresentar a síntese do Plano de Abastecimento
711 relacionado com o enfrentamento à fome, de forma que as questões inovadoras que
712 possam ser apropriadas. Em relação à pauta do Rio Grande do Sul, CP5 e CP7, foi
713 compartilhado o Observatório da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS,
714 indicando que as comunidades mais afetadas são onde se concentrava a população
715 negra, trazendo um componente racial importante na recomendação estar destacando.
716 A Presidenta do Consea agradeceu o relato e passou a palavra para o Coordenador da
717 CP5 Edgar Amaral, que enfatizou a discussão voltada ao Rio Grande do Sul, considerando
718 o racismo ambiental e a justiça social como pautas relevantes para o contexto,
719 justamente pelas consequências apontadas para a população negra e as comunidades
720 tradicionais. Um dos encaminhamentos debatidos foi uma ação afirmativa para a
721 agricultura familiar, envolvendo a população negra, os quilombos urbanos e rurais, com
722 relação ao Plano Safra e com relação à Pronaf. Indicou que a reconstrução do Rio Grande
723 do Sul deve considerar enfrentamento ao racismo estrutural e institucional. Foi
724 discutido junto à Caisan que muitas cestas chegaram, porém não alcançaram todos os
725 lugares que precisam, e com isso o próprio movimento quilombola, os movimentos
726 sociais estão cotizando um caminhão para pegar a cesta no local em que o governo
727 deixou, para levar onde precisar, sendo o que o governo deveria ser o responsável por
728 bancar esse transporte. Destacou que criaram um GT da campanha contra o racismo
729 ambiental e justiça climática, pensada na criação da CP5, composta por representantes
730 das CPs e convidados como o Instituto Ibirapitanga e a Action-Aid, que são Observadores
731 do Consea Nacional, levantando outras organizações da sociedade civil para a campanha
732 antirracista. Este GT planejou realizar oficinas, previstas para os dias 22 e 23 de julho,
733 com metodologia a ser elaborada, com a presença da Assessoria de Comunicação no
734 intuito de ajudar a desenhar a campanha e um integrante do Consea, devendo ser
735 convidados parceiros como MIR, MDH, MCTI, MDA, MDS e FNDE. Ressaltou que a
736 discussão em conjunto com a CP3 e a CP7 foi muito boa e poderia realizar novamente
737 esse modelo, otimizando esforços e a troca de aprendizados. A Sra. Elisabetta Recine
738 agradeceu e solicitou que a CP5 coloque o objetivo e o resultado, assim como a proposta
739 do GT e apresente na Mesa Diretiva e passou a palavra o Sr. Jean Pierre, representante
740 da CPCE. Esse relato indicou o protocolo de monitoramento das Cozinhas Solidárias,
741 política que se tornou mais capilar e com potencial de ampliação, especialmente para o
742 público mais vulnerável e de articulação com o PAA. Nesse processo, a CPCE observou a
743 necessidade do nivelamento com relação ao monitoramento desse equipamento,
744 inclusive para análises sobre vigilância sanitária, e ressaltou que foi feita a análise,
745 enquanto conselho estadual, para propor campos de observação para a construção de
746 um protocolo de monitoramento das Cozinhas Solidárias. O representante destacou as
747 perguntas motivadoras voltadas ao fluxo do controle social, perfil do público e busca
748 ativa, unidades gestoras e cozinhas, Alimenta Cidades e controle social, inclusive

749 ressaltou denúncias recebidas por cidades dentro da própria estratégia Alimenta
750 Cidades sem anuência do conselho, regulamentação das Cozinhas Solidárias e
751 fornecimento de alimentos via PAA e iniciativas de formação e incidência. O
752 encaminhamento desse ponto da reunião da CPCE foi realizar uma oficina sobre as
753 Cozinhas Solidárias com o Consea e construção de proposta de monitoramento das
754 unidades gestoras e cozinhas. Outra pauta discutida foi em relação a adesão ao Sisan e
755 ao PAA, e as instâncias de diálogo e pactuação federativa. Mostrou preocupação sobre
756 a adesão superficial, em virtude do tempo para concorrer ao PAA, falta de recursos
757 humanos e financeiros, ausência do conselho em muitos municípios e exclusão de
758 entidades sem CNPJ, excluindo movimentos informais e povos e comunidades
759 tradicionais. Citou caminhos para solução dos problemas, como o fortalecimento da
760 governança local, apoio para garantir recursos humanos e financeiros, fortalecer
761 estratégias de formação no Sisan e os canais de comunicação entre MDS, Conseas e
762 Caisans e elaboração de planos adaptáveis. Sobre essas pautas, os encaminhamentos
763 englobaram reunião com a Sesan/MDS e Comitê Gestor do PAA para discutir e alinhar
764 as diretrizes de adesão dos municípios ao Sisan e o envio de ofício para os governadores
765 dos estados, enfatizando a necessidade de apoio e fortalecimento Sisan, reforçando a
766 importância do PAA, das Cozinhas Solidárias e destacar a necessidade de Conseas e
767 Caisans fortes. Outro ponto, foi a questão federativa na política de segurança alimentar,
768 sob o prisma de como se dá nos sistemas públicos, sobretudo da assistência, da saúde e
769 da educação em comparação ao Sisan, e todos os campos de observação e de análise
770 que têm em comum entre esses sistemas, e quais seriam as possibilidades de interação
771 para possíveis pactuações, espaços de divisão de poder entre esses sistemas a partir do
772 que foi desenhado para os sistemas anteriores, como as especificidades no campo do
773 SISAN, especialmente, a intersetorialidade. Como encaminhamento, foi retirada a
774 necessidade de fortalecer o debate sobre as competências das instâncias do SISAN,
775 identificando lacunas e atribuições no diálogo com a CPCCE e nos Ciclos de Diálogo e
776 Encontro com os Conseas e Caisans que acontecerá esse ano para discutir a estruturação
777 e funcionamento do Fórum Bi e Tripartite. Ressaltou quanto ao desenho tripartite da
778 SAN, que desejavam realizar o seminário ainda em 2024. A CPCE decidiu realizar uma
779 reunião extraordinária para tratar com mais tempo sobre os protocolos de atuação em
780 eventos de calamidades e emergências climáticas, não sendo possível discutir naquela
781 Plenária. A CPCE solicitou ao Consea e à Caisan a tomada de providências visando medir
782 a situação e garantir a participação da sociedade civil no controle social e bom
783 funcionamento do Sisan, formando uma comitiva composta por membros do Conseia
784 Nacional, Caisan e CPCE em reunião com a Defensoria Estadual do ES. O representante
785 indicou a necessidade do Conseia e da Caisan encaminharem um ofício para a Assembleia
786 Legislativa do Estado de Santa Catarina, que acerca do Projeto de Lei nº 0303/2022, o
787 qual deixa expressamente proibida a comercialização apenas de bebidas alcoólica,
788 alertando a importância da manutenção dos princípios de uma alimentação saudável no
789 ambiente escolar e dos riscos de flexibilização dessa legislação, acrescentando a venda
790 de produtos ultraprocessados, assim como encaminhamento ao FNDE. A Presidenta do
791 Conseia agradeceu o relato e compartilhou que participou da discussão da CPCE sobre o
792 caso do Espírito Santo e que a Secretaria-Executiva do conselho recebeu o convite do

793 Conseia do Espírito Santo, junto ao Caisan Nacional para encaminhamento do processo.
794 Ressaltou que pretendia conversar com a Caisan para direcionamento da manifestação
795 sem a Assembleia Legislativa considerar uma interveniência na autonomia. Considera
796 que o FNDE também precisa se manifestar em relação a isso. A Sra. Rita Maraschin, do
797 Conseia SC, interrompeu para comunicar que iria enviar o PL por completo à CPCE e ao
798 Conseia, ressaltando que a Secretaria de Educação fez um parecer técnico contrário ao
799 PL e mesmo assim, a CCJ aprovou e passou para a Comissão de Educação. Convidou a
800 todos para assinar o manifesto contra o PL. A Sra Marília Leão questionou se o Conseia
801 Estadual fez alguma recomendação à Assembleia Legislativa de SC. A Sra Rita Maraschin
802 afirmou que não, pois a estratégia foi realizar o manifesto em nível nacional, com
803 parecer do Conselho regional para protocolar nas comissões, para assim levar a frente
804 em Audiência Pública. A Sra. Elisabetta Recine afirmou que compartilharia o *link* do
805 manifesto para difundir a informação. Agradeceu. Foi passado o vídeo de manifestação
806 do Ministro do MDS, Sr Wellington Dias, sobre a Plenária do conseia, que não pode
807 comparecer, indicando que em 2023 pode-se retomar o Plano Sem Fome e Plano Safra,
808 garantindo proteção e acesso aos alimentos saudáveis. Alertou que em julho terão a
809 oportunidade de discutir junto a CAISAN um plano renovador ao Brasil, um passo
810 decisivo para segurança alimentar. Ponto de pauta: Informes. Finalizando a 3ª Reunião
811 Plenária, a Presidenta do Conseia informou que a avaliação da Plenária foi positiva com
812 temas essenciais. Indicou que a próxima reunião plenária seria presencial no fim de
813 agosto, com a possibilidade de que as Plenárias de outubro e de novembro sejam
814 presenciais. Como resultado dos trabalhos dessa Sessão Plenária 05 (cinco)
815 recomendações foram lidas, debatidas e aprovadas, a saber: Recomendação nº
816 7/2024/CONSEA/SG/PR – sobre o monitoramento do orçamento público de segurança
817 alimentar e nutricional com participação social, adotando o princípio do orçamento
818 sensível ao gênero, raça/cor/etnia e identidade sociocultural, previsão orçamentária
819 adequada para o enfrentamento dos atuais níveis de insegurança alimentar e nutricional
820 no país, parâmetro mínimo de execução financeira e marcador gerencial específico;
821 Recomendação nº 8/2024/CONSEA/SG/PR – sobre revisão do Projeto de Lei
822 Complementar nº 68/2024 (PLP 68), que institui o Imposto e a Contribuição sobre Bens
823 e Serviços (IBS e CBS), bem como o Imposto Seletivo (IS), para que não adote
824 mecanismos tributários que beneficiem os agrotóxicos, e inclua os agrotóxicos no rol de
825 produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente a serem alvos do imposto seletivo,
826 estipulando alíquotas de imposto seletivo progressivamente mais gravosas de acordo
827 com o respectivo grau de toxicidade; Recomendação nº 9/2024/CONSEA/SG/PR – sobre
828 revisão do Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 (PLP 68), que institui o Imposto e a
829 Contribuição sobre Bens e Serviços (IBS e CBS), bem como o Imposto Seletivo (IS), para
830 que se garanta que a Cesta Básica Nacional de Alimentos seja composta apenas com
831 alimentos *in natura* ou minimamente processados, ingredientes culinários processados
832 e alimentos processados adequados e saudáveis; que, no rol de produtos nocivos à
833 saúde e ao meio ambiente a serem tributados com imposto seletivo, a lista de produtos
834 alimentícios ultraprocessados incluídos seja ampliada; e que, no desenho do regime
835 tributário ao longo da cadeia de produção e comercialização de alimentos, a
836 competitividade da agricultura familiar e seus agrupamentos seja preservada;

837 Recomendação nº 10/2024/CONSEA/SG/PR – sobre a adoção das medidas de
838 reconstrução do Rio Grande do Sul a partir dos princípios da Segurança Alimentar e
839 Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada; Recomendação nº
840 11/2024/CONSEA/SG/PR – sobre suplementação orçamentária para o Programa de
841 Aquisição de Alimentos - PAA, a fim de possibilitar a abertura de nova chamada de
842 projetos em 2024. Também foi aprovada a prorrogação do mandato dos atuais
843 membros observadores do Consea por mais um ano. A Sra. Marília Leão relembrou
844 sobre a lista de chamada. Encerrada a 3^a Reunião Plenária Ordinária de 2024, eu, Marília
845 Mendonça Leão, Secretária-Executiva do Consea, lavrei e assinei a presente ata.

Marília Mendonça Leão
Secretária-Executiva
Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Ata aprovada pelo Plenário do Consea de forma assíncrona, em 31/01/2025.